

ENTREVISTA PARA A REVISTA *Em tempo de Histórias*

João José Reis, professor Titular de História da UFBA

Conselho Editorial: Do século XX para os dias atuais é crescente a necessidade de definir e descrever aspectos de nível mais profundo de uma herança africana no Brasil. A despeito da importância de tal valorização, qual o impacto deste pensamento na historiografia brasileira?

O interesse de pesquisadores pela herança africana no Brasil é antigo. Começou com Nina Rodrigues na virada do século XX, e continuou com Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Edison Carneiro, Roger Bastide, entre outros. A principal meta era verificar as continuidades religiosas. Nina Rodrigues refletiu sobre isso, mas também se voltou para a África em busca de explicações para episódios da história baiana, como as revoltas escravas da primeira metade do século XIX. Mas, salvo engano, quem primeiro fez história densamente empírica, quase positivista, baseada em grande volume de documentos pesquisados em arquivos no Brasil e no exterior, para falar da relação entre Brasil e África, foi Pierre Verger, em *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*, publicado pela primeira vez em 1968, na França. Apesar do título, o livro não é apenas sobre tráfico, pois abarca relações mais amplas, inclusive culturais, entre as duas margens do Atlântico.

Temos, então, no Brasil, uma longa experiência de tratar das histórias e das culturas na África como método para entender a presença dos africanos no Brasil, numa perspectiva histórica e antropológica. Temos, aliás, mais chão percorrido nesse sentido do que, por exemplo, a historiografia da escravidão feita nos Estados Unidos, provavelmente onde mais se publica sobre o assunto. Quando fui buscar na África explicações para a revolta dos malês, seguia uma longa tradição iniciada por Nina Rodrigues, embora minhas conclusões nem sempre convergissem com as suas. Hoje contamos com uma bibliografia africanista que nos permite ir bem além de um Nina, um Carneiro, um Ramos, e numerosos pesquisadores vão buscar nessa historiografia – quando não fazem pesquisa diretamente em arquivos da ou pertinentes à África -- elementos para interpretar a cultura e a sociabilidade dos escravos, além de documentar a relação direta do Brasil com a África nem sempre feita através da metrópole portuguesa.

Conselho Editorial: Existe uma diferença crucial entre o estudo do fenômeno da “crioulização” para as investigações e atenção dada aos africanos e seus descendentes, que surgem como eixos fundamentais de suas próprias histórias. Qual o significado político destas diferenciações?

Em Tempo de Histórias

Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB)
Nº. 22, Brasília, Jan. – jul. 2013. ISSN 2316-1191

A ideia de criouliização é interessante para o estudo da cultura e das identidades escravas no Brasil porque ela enfatiza processos de mudança, de adaptação e de reinvenções de símbolos, valores e comportamentos. Mas com frequência a tese da criouliização negligencia aquilo que é retido pelos escravos de suas experiências africanas. E isso é importante ao se tratar de Brasil. Aqui o tráfico durou muito tempo e foi muito intenso, vitimou quase metade dos cerca de 11 milhões de africanos que desembarcaram nas Américas, de meados do século XVI a meados do XIX. No Brasil as lembranças da África foram renovadas o tempo todo por novas levas de cativos aqui despejados pelos navios negreiros, foram muitas as gerações do tráfico. Por isso eu propus em diversos trabalhos que deveríamos abrir uma brecha na teoria da criouliização para o conceito intermediário de ladinização, uma vez que o africano ladino, embora acostumado a novos valores e comportamentos locais, permaneciam africanos minas, nagôs, jejes, angolas etc, identidades na maioria dos casos inexistentes em suas Áfricas, mas constituídas no Brasil a partir de lógicas linguísticas e culturais de origem africana. Prefiro, então, que, no Brasil, reservemos o termo *crioulo* em seu sentido antigo, ou seja, como designação dos negros nascidos no Brasil, e *criouliização* para o fenômeno demográfico de formação de uma população negra nascida em terras brasileiras. E em vez de criouliização para falar de africanos, lancemos mão do conceito de ladinização.

Conselho Editorial: As instituições surgidas entre as populações escravas nos primeiros tempos da escravidão do Novo Mundo podem ser vistas como uma espécie de arcabouço em que era possível padronizar e transformar materiais culturais em novas tradições ou significaria exemplos de uma transposição de instituições africanas específicas?

Os “crioulistas” sugerem que instituições africanas não migraram com os africanos escravizados no Novo Mundo, sugerem, por exemplo, que para cá vieram sacerdotes, mas não sacerdócio. Pelo menos no caso do Brasil, isso não aconteceu tão claramente dessa forma. O candomblé é um exemplo. Não apenas sacerdotes, mas estruturas organizacionais puderam ser reconstituídas deste lado do Atlântico. Claro que não vieram congeladas e aqui se mantiveram imutáveis. Houve adaptações, mudanças, mas sistemas hierárquicos (inclusive sua nomenclatura), rituais e deuses específicos sobreviveram e mantiveram muito de suas personalidades. Os próprios crioulistas, aliás, sugerem que se deva discutir por que certas coisas “sobreviveram”, e outras foram descartadas, com o que concordo inteiramente.

Enfim, houve tanto continuidades como mudanças. Uma destas, fundamental, foi a adoção por muitos africanos da religião católica ao estilo das irmandades negras, sem que fossem abandonadas outras práticas religiosas experimentadas pelos africanos na África. As permanências estão consignadas, inclusive, na iconografia, por exemplo, aquela produzida por Jean-Baptiste Debret sobre enterros de africanos no Rio de Janeiro, onde o cortejo é densamente africano, altamente festivo, um enterro dançado e tocado a tambor, embora no final o morto receba sua sepultura no interior de uma igreja católica. Não chega a ser exatamente mistura ou sincretismo, mas complementaridade: duas ou mais tradições religiosas que se complementam para formar a religiosidade afro-brasileira no tempo da escravidão – e além desta. Pois religião e religiosidade não são a mesma coisa. Religiosidade é religião vivida, ou melhor, neste caso, religiões (no plural) vividas.

Conselho Editorial: Qual o impacto de estudos em torno das relações África e Brasil - diáspora, escravidão e heranças - sobre as políticas afirmativas no Brasil?

Um dos aspectos das políticas afirmativas no Brasil é o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira em nossas escolas, em todos os níveis de ensino. Esta é uma medida positiva porque evidencia para nossas crianças e nossos adolescentes que uma parte fundamental de nossa cultura, nossa sociedade e nossa economia vêm da África. Eu, por exemplo, cresci estudando a história da Europa sem nenhuma palavra sobre qualquer aspecto da história africana, exceto a partilha da África pelos europeus no final do século XIX. Como também não ouvi falar, mesmo na universidade, de Revolução do Haiti ou Revolta dos Malês. Ao mesmo tempo, é importante que se ensine que a história da África e da diáspora – e não apenas a diáspora brasileira -- não se restringe ao período do tráfico e da escravidão, que há um antes e um depois, que se estudamos primeira e segunda guerras mundiais, precisamos também saber sobre guerras de colonização, de descolonização e a era pós-colonial na África; e sobre a trajetória do Haiti pós-revolucionário e porque a história deste país se confunde tantas vezes com tragédia. São apenas exemplos.

Quanto a outros aspectos das políticas afirmativas, como cotas universitárias e outras, elas procedem porque as desigualdades raciais são escandalosas no Brasil. Nós somos racistas. E mesmo que os afrodescendentes não fossem descendentes de escravos, mas fossem, digamos, descendentes de imigrantes livres que para aqui vieram na mesma vaga dos imigrantes europeus na virada do século XX, mesmo que tivesse sido este o caso, diante das disparidades raciais, ainda assim, cabia ao Brasil encetar políticas afirmativas para os negros. É muito simples. Quero com isso dizer que o racismo tem uma vida independente, que a discriminação racial não precisa da memória da escravidão para se reproduzir e fazer sentir, que o racista não repassa a história da escravidão antes de discriminar, estigmatizar, violentar os direitos de quem é diferente dele. Por isso não ligo pra quem diz: ah!, mas os africanos participaram do tráfico e os liberto africanos foram senhores de escravos. Nada disso importa, nada disso justifica a pregação contra as ações afirmativas. Porque o passado não pode ser corrigido, o que pode ser corrigido é o presente, e que africanos tivessem sido traficantes e escravistas no passado não muda em absolutamente nada a obrigação do Estado diante de seus cidadãos discriminados e desfavorecidos.

Conselho Editorial: O crescente interesse por pesquisas em torno de populações escravizadas está ligado a novas concepções historiográficas do presente? Por quê?

O maior interesse pela pesquisa em geral a respeito do negro no Brasil, antes e depois da abolição decorre de dois fatores entrelaçados, penso eu: primeiro, da militância negra que emergiu nas décadas de 1970 e 1980, a exigir para a sociedade a correção das desigualdades raciais, a reivindicar um mais amplo conhecimento da história da exploração dos negros, de sua resistência, sua contribuição cultural, etc; o segundo fator foi a profissionalização do historiador, com a multiplicação de cursos de pós-graduação, responsáveis pela quase totalidade das pesquisas nessa área, pesquisas

que resultam em monografias, dissertações e teses, e prosseguem em comunicações em eventos, artigos e livros. A nossa pós-graduação se expandiu no momento em que a historiografia em todo o mundo mudava de rumo, com as “novas histórias” (cultural, social, política, econômica) e seus novos métodos, novos objetos, enfim esse blá, blá blá que todos da área sabem de cor. Isso, naturalmente, chegou também aos estudos sobre escravidão, embora, aqui, a maior influência não tivesse vindo da Europa, como em outros ramos da disciplina, mas dos Estados Unidos, onde houve um boom dos estudos da escravidão a partir da década de 1970. Contudo, como disse antes, no Brasil já tínhamos uma tradição de pesquisa em temas a cultura africana. Assim, a história cultural da escravidão, e dos escravos em particular (o tema das identidades africanas sob o cativo e da mestiçagem cultural, por exemplo), não começou a partir do zero, não teve início (ou reinício) por influência direta da “Nova História Cultural” francesa, por exemplo, embora esta ganhasse adeptos também entre alguns historiadores da escravidão. Outro importante impacto que cabe ser especificamente mencionado veio da história social inglesa, de perfil marxista, sobretudo Edward Thompson, responsável por renovar a história do trabalho. Thompson tem sido, provavelmente, o autor de maior impacto na história social da escravidão feita no Brasil. Mas o rol de influências, métodos e aportes teóricos é bem mais amplo. Trata-se de um campo de pesquisa vastíssimo, sem dúvida um dos maiores, mais ricos e dinâmicos da historiografia brasileira nos últimos trinta anos.